

Oi e Vivo

J. Roberto Whitaker Penteadó

Acho que o episódio que estamos vivendo, setorialmente - e que despertou atenções normalmente voltadas às guerras no Oriente Médio e na cidade do Rio de Janeiro - ainda não foi analisado com o cuidado e a profundidade que merecem. Sem querer ser o dono das verdades, há algumas que ainda não transpareceram - e que ofereço aos leitores e às partes.

É claro que não houve plágio. Isso teria acontecido se a nova agência de Nizan Guanaes tivesse copiado alguma coisa da NBS. O que houve, curiosamente, foi um "auto-plágio" da Wolff Olins, que vendeu a dois clientes diferentes um mesmo posicionamento para produtos semelhantes. Essa é uma novidade, num mercado em que - até agora - as empresas de comunicação não atendiam a produtos ou serviços concorrentes. Primeira lição: as novas empresas, que pretendem substituir as agências tradicionais, vêm trazendo éticas novas.

Segunda lição: há agências recebendo de seus clientes mais do que um mero briefing para criar campanhas. Não só a Africa, mas também a NBS receberam de seus clientes, além dos dados sobre produto e mercado, temas e anúncios prontos. Dúvida: será que isso afetou, de alguma forma, a remuneração que receberam pelo trabalho?

Terceira questão, talvez a mais séria das três. A Wolff Olins - de origem inglesa - parece ser uma multinacional que presta serviços do que se está chamando, atualmente, de branding. Aparentemente (todos esses condicionais significam o meu cuidado de analisar uma situação sobre a qual não tenho qualquer tipo de inside information), pretendeu-se - no caso de Vivo - uma fusão entre empresas que eram concorrentes e que não parece (de novo) trazer benefícios claros aos clientes das antigas marcas. O que a Wolff Olins vendeu, então, foi um posicionamento pronto, uma imagem de marca já criada, em provetas. Desde quando um produto ou uma empresa nascem com uma imagem pronta, que não é resultado de presença no mercado durante o tempo necessário e da forma responsável para se criar uma imagem verdadeira e fidedigna?

A última questão foi mencionada no noticiário, mas menos do que devia: por que os queixosos recorreram à justiça comum - e não ao Conar - para resolver o problema?

Como disse, há material aí para muito debate, ainda.

PENTEADO, J. Roberto Whitaker. Oi e Vivo. **JRWP - J. Roberto Whitaker Penteadó**, Rio de Janeiro, maio 2003. Disponível em <<http://www.jrwp.com.br/artigos/leartigo.asp?offset=390&ID=150>>. Acesso em: 25 mar. 2010.